

## **Fragmentos de leitura nas lembranças feministas: Brasil e Argentina, 1960 – 1980**

Joana Vieira Borges<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende analisar as memórias de leitura de duas feministas, uma argentina e outra brasileira, através de suas narrativas sobre os períodos de ditadura militar vivenciados entre os anos 1960 e 1980. Partindo das práticas de leitura, busca-se compreender quais obras circulavam, como foram lidas nessas circunstâncias, e quais os impactos que produziram em suas identificações pessoais com o feminismo.

**Palavras-chave:** história da leitura; memória; história do feminismo.

**Abstract:** This article intends to analyze the reading memories from two feminists, one Argentinean and one Brazilian, through their narratives about the military dictatorship experienced between the 1960s and 1980s. Starting from the reading practices I seek to understand which works circulated, how were read in these circumstances, and which impacts produced in their personal identification with the feminism.

**Keywords:** history of reading; memory; history of feminism.

Os anos de 1964 a 1989 foram expressivos na história dos movimentos sociais do Cone Sul, e, entre esses, dos movimentos feministas, uma vez que representam os períodos de ditadura militar vivenciados de maneiras e em tempos diferenciados em cada um dos países: Brasil (1964-1985), Argentina (cujos golpes se deram em 1966 e 1976, e as redemocratizações em 1973 e 1983, respectivamente), Chile (1973-1988), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985) e Bolívia (1964-1982, com interrupções no processo ditatorial). Nos países em questão, os movimentos sociais, rigorosamente censurados em sua liberdade de expressão e, por isso, com espaços reduzidos para

---

<sup>1</sup> Mestre em História e aluna de doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, desenvolve tese intitulada *Trajetórias e leituras feministas: Brasil e Argentina (1960-1980)*, sendo bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Bolsista PDEE Capes – Proc. nº. 6586/10-4. Endereço para correspondência: PPGH. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário - Trindade. CEP: 88.040-970. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3733303902740213> E-mail: [joana\\_borges@hotmail.com](mailto:joana_borges@hotmail.com)

manifestações, sofreram, conseqüentemente, as pressões exercidas pelos regimes de perseguições, prisões, torturas e desaparecimentos iniciados durante a década de 1960.

Em outros países, tais como França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Inglaterra, em que a cidadania era respeitada, as atuações dos movimentos feministas e suas reivindicações já puderam acontecer nas ruas. Essas manifestações correspondiam à luta pelo direito ao uso de contraceptivos, ao direito ao aborto, entre outras questões (PINSK; PEDRO, 2003, p. 265-309). Em contrapartida, no Brasil – bem como nos demais países do Cone Sul – mulheres e homens que participavam não somente dos movimentos feministas, mas de outros movimentos sociais, foram ameaçados pelos regimes militares no caso de se manifestarem publicamente, sob o risco de serem identificados como “comunistas” (MOTTA, 2002). Assim, nesses países, por força dos contextos repressivos, as atuações dos movimentos feministas se deram de outras maneiras, e muitas vezes combinaram a atuação da militância política contra os regimes militares com as reivindicações aos direitos humanos (MORANT, 1994).

Mesmo frente à resistência do regime militar e também da esquerda – que considerava as reivindicações feministas secundárias –, houve tanto no Brasil como na Argentina uma grande mobilização em benefício das questões das mulheres, envolvendo a organização de grupos e eventos. No início dos anos 1970 foram criadas, na Argentina, importantes associações feministas como, por exemplo, a *Unión Feminista Argentina* (UFA), em 1970, o *Movimiento Feminista de Liberación Femenina* (MLF), em 1972, o *Movimiento Feminista Popular* (Mofep), a *Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina* (Alma), em 1974, e a *Frente de Lucha por la Mujer* (FLM), em 1975 (ANDÚJAR et. al., 2005, p. 20, p. 61-88; MORANT, 1994, p. 881-902). No Brasil, surgiram os movimentos de mulheres (em clubes de mães e associações de bairros), o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o Centro da Mulher Brasileira (CMB), ambos em 1975, os periódicos *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976) e *Mulherio* (1981), além dos grupos de reflexão e outras organizações formadas no interior dos partidos políticos (PEDRO, 2006, p. 249-272; PINTO, 2003; TELES, 1993, p. 52-166; ALVES; PITANGUY, 1985, p. 57-74).

Algumas feministas brasileiras e argentinas vivenciaram experiências no exílio em outros países sob regimes democráticos, como, por exemplo, Estados Unidos, Chile (antes do golpe de 1973), alguns da Europa Ocidental, ou ainda em cidades no interior.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Para citar algumas, entre as brasileiras, Ângela Xavier de Brito, Cecília Sardenberg, Maria Odila Leite da Silva, Sandra Maria da Mata Azeredo, Maria Lygia Quartim de Moraes, Danda Prado, e, entre as

Com os processos de redemocratização, iniciados nos anos 1980, as feministas exiladas retornaram aos seus países trazendo em suas bagagens novos textos e leituras, experiências e discussões, arregimentando, dessa forma, os movimentos feministas nacionais e proporcionando uma grande circulação de conhecimento. Outras, embora não tivessem sido exiladas, mantiveram contato com pessoas no exílio por correspondência, ou através de mulheres que tinham a possibilidade de viajar ao exterior. Estas, a meu ver, compartilham de uma mesma geração de feministas, pois, quando pensamos em uma geração, não estamos apenas considerando um grupo de pessoas de idades aproximadas, mas, sobretudo, de pessoas que vivenciaram, com certas semelhanças e diferenças, acontecimentos em comum.

O historiador francês Jean-François Sirinelli (2002, p. 233) define geração como um grupo de pessoas que se vinculam por um sentimento de pertencimento a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Diante disso, questiono-me sobre uma geração específica, formada por mulheres – brasileiras e argentinas – que, entre as décadas de 1960 e meados de 1980, vivenciaram os contextos das ditaduras militares em seus países ao mesmo tempo que se identificavam com os pressupostos dos feminismos<sup>3</sup>, participando na divulgação de suas ideias. Mulheres que atualmente estão na faixa etária de 50 a 69 anos e que na época das ditaduras militares viviam suas juventudes atuando nas universidades, em partidos políticos e/ou em outros setores de militância. Ou seja, que atuavam não somente em atividades de resistência à repressão, mas também feministas, e que hoje se sentem ligadas por esse passado em comum. Relaciono-as, então, como pertencentes a uma “comunidade de leitoras feministas”.

Partindo da ideia de que os leitores e as leitoras compreendem os textos a partir dos contextos sociais e culturais nos quais estão imersos<sup>4</sup>, indago: quais as circunstâncias em que essas mulheres se constituíram como leitoras, e, mais especificamente, como leitoras feministas? Em que medida a leitura dos textos feministas concorreu para a formação desse grupo específico de leitoras? Que

---

argentinas, Blanca Ibalurcia, Nora Polido, Dora Barrancos. Sobre a experiência das mulheres brasileiras no exílio, sobretudo, no Círculo de Mulheres Brasileiras, criado em Paris em 1976, ver PEDRO, 2007, p. 307-328; ROLLEMBERG, 1999, p. 207-227; COSTA et. al., 1980.

<sup>3</sup> Importante ressaltarmos aqui a variabilidade na determinação dos períodos e das características que a “Segunda Onda Feminista” alcançou em diferentes lugares do mundo. Nem todos os feminismos se desenvolveram da mesma forma ou ao mesmo tempo nos diferentes países. Cf. ERGAS, 1995.

<sup>4</sup> Entendo que as construções de sentidos efetuadas nas leituras são processos historicamente determinados, que variam de acordo com o lugar, o tempo, e os grupos sociais. As leituras diferem de pessoa para pessoa, que dão aos textos significações plurais e móveis, e não são necessariamente aquelas intencionadas pelo autor(a). Cf. CHARTIER, 1996.

referenciais, individuais, coletivos, históricos e subjetivos, estavam dando sentido às suas formações como leitoras feministas?

Com base em uma seleção previamente realizada<sup>5</sup>, composta por 39 entrevistas com feministas brasileiras e 13 com argentinas, optei, nesta análise, por utilizar duas entrevistas, uma de cada país. Ambas as feministas entrevistadas fazem parte de uma geração de mulheres que se identificaram com os feminismos no período das ditaduras militares latino-americanas em meados do século XX<sup>6</sup>, e ainda se identificam. Em suas falas, detive-me nas narrativas memorialísticas ligadas aos processos de constituição das feministas como leitoras e em suas leituras.

Importante atentar ao fato de que as feministas aqui apresentadas são uma breve amostra de um conjunto de narrativas que, como citado anteriormente, é mais extenso e diversificado. Ou seja, não representam essa comunidade de leitoras no sentido literal, como se fossem ícones de toda uma geração, nem têm por objetivo a reconstrução fiel do momento histórico que rememoram. A importância dessas narrativas reside no que Ana Maria de Oliveira Galvão (2007, p.24), ao tratar metodologicamente dos “jogos de escalas”, chama de “movimento de ‘vai e vem’” entre o que, tradicionalmente, classifica-se como singular e aquilo que ultrapassa as particularidades do caso específico.

Ao retomarmos as leitoras através das entrevistas sobre as militâncias feministas no contexto das ditaduras militares, não podemos esquecer que suas falas estão carregadas com as vivências atuais. Assim, devemos levar em conta que essas leitoras, hoje adultas, munidas de mais leituras e experiências, rememoram suas juventudes, e logo suas identificações, com um olhar diferenciado que parte do presente. Segundo Joana Maria Pedro, “as vidas que estas pessoas vivem hoje, as relações em que estão envolvidas, o trabalho que desenvolvem o contexto político do país atualmente, as relações de força da atualidade configuram narrativas diferenciadas do passado” (PEDRO, 2009, p. 118). Ou seja, no momento de suas falas, as feministas entrevistadas

---

<sup>5</sup> Essa seleção foi realizada no desenvolvimento para a elaboração da minha tese e partiu de um conjunto maior de entrevistas que pertencem ao acervo do projeto de pesquisa *Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)*, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Maria Pedro, e do qual faço parte. A pesquisa tem por objetivo investigar a maneira como os vários feminismos e movimentos de mulheres se constituíram no Cone Sul, no período de 1964 a 1989, observando a forma como as pessoas narram a identificação com o feminismo, como se organizaram e atuaram, em comparação com o que ocorreu no Brasil.

<sup>6</sup> Brasil (1964-1985), Argentina (os golpes se deram em 1966 e 1976, e as redemocratizações em 1973 e 1983, respectivamente), Chile (1973-1990), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985) e Bolívia (1964-1982, com interrupções no processo ditatorial).

estão voltadas para as lembranças, “olhando” para um passado através de uma indagação atual, e, dessa forma, construindo-se na narrativa (MALUF, 1995, p. 31).

Nesta breve análise, a minha intenção é realizar um pouco do fazer historiográfico proposto por John Gaddis (2003, p.15-31), assumindo a postura de *O Viajante sobre o Mar de Névoa* (1818), de Caspar David Friedrich. Ou seja, colocar-me como observadora diante da “paisagem” que pretendo representar, procurando dar-lhe um sentido. Fazendo com que o meu olhar flua entre as experiências históricas e pessoais, entre o geral e o particular, e especialmente sobre a preponderante fração de sentimentos que configuram e orientam as nossas percepções sobre os acontecimentos.

### **Memórias de trajetórias e leituras feministas**

Alejandra Ciriza, feminista argentina, nasceu em 23 de setembro de 1956 em Mendoza, onde vive até hoje como professora de Filosofia da Universidad Nacional de Cuyo e pesquisadora do CONICET – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Narra que sua militância começou cedo, por volta dos 16 e 17 anos no PRT – Partido Revolucionario de los Trabajadores<sup>7</sup> –, ou seja, durante o ano de 1972, quando Perón ainda se encontrava exilado (1955-1973), exercendo, porém, efetiva influência na política argentina através de seus aliados (CIRIZA; LLAVER, 2006). Nesse momento, morava em Córdoba com sua família, e ao que sua fala indica tinha fácil acesso aos livros: “Minha família sempre teve uma biblioteca grande e meu avô tinha uma biblioteca muito importante, por exemplo, *O Capital*, a primeira versão que eu li, era uma que tinha pertencido ao meu avô materno” (CIRIZA, 2009a).

Para além da influência familiar, que permeia toda a entrevista (CIRIZA, 2009a), Ciriza nos aponta ainda dois fatores importantes para a sua formação como leitora logo no início de sua fala: a militância política precoce e a influência das mulheres com as quais conviveu naquele período.

Procurei sustentar ao largo da minha vida uma relação forte entre meus interesses subjetivos e os interesses práticos políticos. Comecei a militar quando era muito jovem — tinha 16 anos — e creio que por ter militado tão jovem, e, além disso, a influência da minha avó materna, das minhas primas e irmãs, creio que tenha a ver com muito das leituras que fiz, com a trajetória

---

<sup>7</sup> O PRT foi uma organização política que se formou em meados dos anos 1960 da articulação de duas outras organizações, a FRIP – Frente Revolucionario Indo-Americano Popular e a PO – Palabra Obrera. Debates sobre a luta armada dentro da organização terminaram por criar o ERP – Ejército Revolucionario del Pueblo. Cf. CIRIZA, 2009, p.256.

(...) em que vivi e com paixões profissionais, digamos, porque não posso dizer que minha profissão é algo separado da minha vida (CIRIZA, 2009a).

Observamos, nesse ponto, uma intersecção entre dois espaços possíveis de leitura: a militância política como um lugar de atuação pública, e as mulheres da família como um ambiente de convivência de foro íntimo. Os espaços aparecem na fala de Ciriza numa tentativa de conciliar público e privado, na intenção de mostrar que seus interesses subjetivos e objetivos não são tomados como elementos totalmente “separados em sua vida”.

Nós somos quatro. Eu tenho uma irmã um ano e meio mais nova e duas primas mais ou menos da mesma idade. Eu sempre tive outras mulheres com quem compartilhar minhas leituras, meus interesses, minhas inquietudes, minhas broncas. Essa sempre foi uma constante em minha vida: ter mulheres por perto (CIRIZA, 2009a).

A relação com a leitura rememorada por Ciriza é sempre permeada por suas ligações familiares, como uma “tradição” passada pelos parentes mais próximos. “Não se discutia comprar um livro”, diz ela. O fácil acesso aos livros por conta dos parentes e a importância das mulheres em suas práticas de leitura são evidências recorrentes em sua fala:

Bom, Juana Manuela Gorriti<sup>8</sup>, por exemplo, é uma leitura de infância. Claro, é uma leitura de quando eu tinha 13, 14 anos, quando li Juana Manuela Gorriti sem saber quem era. Não por erudita, mas porque estava na casa de minha avó e era um conto fantástico, e li sem a menor ideia do que estava lendo (CIRIZA, 2009a).

A figura da avó aparece em ambas as entrevistas realizadas e em um artigo recente publicado por Ciriza (2009, p.257). Segundo narra, o fato de a avó ter ficado viúva muito cedo e ter sido uma mulher “muito independente” teria influenciado as netas. A avó materna, por um lado, e o pai oficial do Exército, por outro, justificam sua precoce aproximação com o feminismo:

Era feminista (...) por uma série de coisas, que entre outras coisas tem a ver com o fato de o meu pai ter sido militar e eu passar a vida me revoltando. Eu era muito precoce desse ponto de vista; era muito madura (...). Eu tive uma avó materna que ficou viúva muito jovem e era independente. Ela era independente e assim nos queria também, por isso todas as suas netas foram

---

<sup>8</sup> Escritora argentina do século XIX (1818-1892) que ao se separar do marido (um militar boliviano que alcançou a presidência de seu país) foi para o Peru, onde publicou romances e foi colaboradora de revistas femininas. Cf. CRUZ, 2005.

feministas. Então, quando eu comecei a militar nas organizações de esquerda eu já era feminista, e o primeiro que me ocorreu foi começar a revisar Alexandra Kollontai<sup>9</sup> para levar as ideias às tradicionais reuniões de célula (CIRIZA; LLAVÉR, 2006).

Na caracterização dos primeiros espaços de leituras feministas, Ciriza indica os textos e os(as) autores(as) iniciais lidos ainda na década de 1970, em sua juventude em Córdoba, e que considera como “leituras clássicas” do feminismo: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), de Friedrich Engels, e *A mulher e o progresso social*. Segundo descreve, *A mulher e o progresso social* são cinco conferências proferidas por Alexandra Kollontai após a Revolução Russa, e que ela encontrou na biblioteca de seu tio que havia sido militante do Partido Comunista na década de 1950. Em sua fala destaca, “Foram leituras feitas cruzadas com as leituras dos clássicos, e com a leitura dos clássicos do marxismo, porque esta é a minha formação teórica, política e filosófica (...)” (CIRIZA, 2009a). As leituras “clássicas do marxismo” citadas que se “entrecruzaram” com as feministas são textos como *O Capital* (1867), de Karl Marx, e *O Manifesto Comunista* (1848), de Karl Marx e Friedrich Engels.

Percebemos, pois, que a produção de sentidos extraídas dessas leituras foi estabelecida por meio da intertextualidade entre textos marxistas e feministas. Em sua narrativa, Ciriza evidencia que “não existe compreensão autônoma do que é dado a ler ou a entender, mas articulação em torno de uma biblioteca do que foi lido” (GOULEMOT, 2001, p. 115). Se, a cada leitura que efetuamos, aquilo que foi lido anteriormente muda de sentido e torna-se uma outra leitura, como um processo de troca (Idem, p. 116), logo, o que lemos num dado momento é apropriado em grande parte pela carga de leituras que detemos, e pelas experiências até então vividas.

Com o intuito de levantar questões sobre o feminismo em meio à célula de esquerda na qual militava, Ciriza relata que passou a levar textos de Alexandra Kollontai às reuniões para que o feminismo socialista fosse debatido conjuntamente com outras leituras do grupo, como o texto de Engels. Em suas memórias, esses autores são apontados como leituras chaves que se encontram em constante diálogo para o entendimento de ambas as correntes de pensamento.

(...) por essa razão creio que me defini marxista e feminista quase junto; feminista praticante e marxista. E nesse contexto li *O Manifesto Comunista* e

---

<sup>9</sup> Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma revolucionária russa, teórica e crítica do marxismo, que atuou junto às mulheres operárias. Entre seus escritos estão *A nova mulher e a moral sexual*; *A sociedade e a maternidade*; *A mulher moderna e a classe trabalhadora*; *Comunismo e Família*.

*Origem da família da propriedade privada e do Estado* mais ou menos juntos, e me deslumbrou Alexandra Kollontai porque sempre me pareceu muito importante saber o que se passou na vida das pessoas quando escreveram algo, e Kollontai tinha a característica das (...) dirigentes comunistas mais importantes e se dizia uma mulher sexualmente liberada, e isso era algo muito chamativo para as pautas existentes nas organizações políticas da época (CIRIZA, 2009a).

Um conceito importante para a história da leitura é a “noção de apropriação”, segundo a qual, como ressalta Roger Chartier, “é possível avaliar as diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção” (CHARTIER, 2001, p. 233). Assim, Alexandra Kollontai não é apropriada por Ciriza apenas por seu viés feminista, mas necessária ao entendimento dos pressupostos marxistas, bem como Engels para o debate feminista. Talvez, para outras feministas, esse diálogo entre os autores não seja tão coerente como o é para a entrevistada.

Alejandra Ciriza estudou Filosofia na Universidade Nacional de Córdoba até o ano de 1975, ou seja, durante o período de redemocratização na Argentina (de 1973 a 1976), um momento turbulento e de frágil transição democrática. Perón morreu em julho de 1974, e, meses depois, iniciou-se a perseguição aos Montoneros, grupo armado da Juventude Peronista (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p.413). Nesse momento, após muitos embates, o “sonho da Argentina peronista” chegava ao fim e dava lugar a um violento período de intervenção militar no país (NOVARO; PALERMO, 2007). A partir de 1975, as duas maiores organizações guerrilheiras argentinas, o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) e os Montoneros, intensificaram a “militarização” de suas ações.<sup>10</sup>

Em 1977, logo após o golpe de 24 de março de 1976 que levou o General Videla ao poder, a perseguição aos opositores do regime aumentou e o momento político tornou-se cada vez mais violento. Conforme Ciriza, as atividades no PRT foram se “esgotando” e se convertendo progressivamente em uma função de intendência do ERP (CIRIZA; LLAVÉR, 2006). Sua posição de militante tornou-se delicada: se, por um lado, o fato de seu pai ser um oficial do Exército agravava sua condição, por outro, diz ela, “oferecia uma segurança enorme para os companheiros e companheiras que podiam se esconder na minha casa” (CIRIZA; LLAVÉR, 2006). Diante dessa situação, a família

---

<sup>10</sup> Os Montoneros atuaram principalmente entre os anos de 1970 e 1979, desenvolvendo atividades militarizadas de guerrilha urbana. O ERP, formado como extensão armada do Partido Revolucionario de los Trabajadores, foi um grupo menor que os Montoneros, mas também militarizado. Cf. WOLFF, 2007, p. 22.

se mudou de Córdoba para Mendoza, e Ciriza passou um longo período “escondida” dentro da própria casa dos pais, grávida de seu primeiro filho. Foi então que, “fora de circulação” e com permissões muito restritas de seu pai para fazer qualquer coisa de ordem pública, aproximou-se ainda mais das leituras:

(...) um tempo de muitas leituras, especialmente as vinculadas ao profissional. Uma época em que o único texto feminista que li foi o texto de Mary Wollstonecraft<sup>11</sup> (...). Essa também foi uma leitura solitária, uma leitura que tem mais a ver com a busca de uma filósofa. Foi uma leitura que não foi compartilhada por ninguém, nem com minha irmã, porque neste momento minha irmã havia ficado em Córdoba e eu vivia em Mendoza, minha outra prima vivia em Córdoba ainda, e a outra vivia em San Luis. Foi uma leitura muito solitária, e foi na época em que se cortaram os vínculos. Era ler sozinha, sem ninguém pra trocar (CIRIZA, 2009a).

O livro *Em defesa dos direitos da mulher*, escrito por Mary Wollstonecraft em 1792, foi “comprado casualmente” por Ciriza em uma livraria no ano de 1975 e lido aproximadamente em 1978, ou seja, ainda no período da ditadura militar. “Quando descobri este texto”, diz, “não podia crer, porque este texto escrito no século XVIII dizia coisas sobre nós, sobre as mulheres, sobre o modo como somos tratadas em razão dos nossos corpos que me tocaram realmente muito impressionantes (...)” (CIRIZA, 2009).

Mas o livro de Mary Wollstonecraft não foi a única leitura considerada feminista realizada por Ciriza nessa época. Ela cita também Clara Zetkin<sup>12</sup> e Simone de Beauvoir, sendo que esta última foi lida ainda na primeira metade dos anos 1970. Contudo, importante observarmos a distinção que a autora faz entre os “textos de combate”, lidos e discutidos em grupos, e as “leituras mais individuais” e “solitárias”.

Ciriza afirma que a leitura de Engels foi “primeiramente solitária, mas depois compartilhada e discutida muitas vezes” com companheiros e companheiras de militância política, no intuito de demonstrar que “nos clássicos do marxismo havia uma preocupação com as mulheres e que está na interpretação” (CIRIZA, 2009a). Do mesmo modo, a leitura de Alexandra Kollontai também foi realizada em grupo, e caracterizada como um dos “textos de combate”, vinculados à prática política.

---

<sup>11</sup> Mary Wollstonecraft (1759-1797), escritora inglesa.

<sup>12</sup> Clara Zetkin (1857-1933), revolucionária, teórica do marxismo, e defensora da reivindicação das mulheres.

Em contraposição a essas leituras, Ciriza fala sobre as “leituras mais privadas”, como os textos de Simone de Beauvoir<sup>13</sup>, que eram ligadas à discussão com a irmã e as primas.

O que se passa em relação à Simone de Beauvoir é uma relação totalmente distinta, é uma leitura absolutamente individual (...), de uma leitura que podia explicar a subordinação das mulheres. E o texto de Simone de Beauvoir, por exemplo, *O Segundo Sexo* (...) é que não é um texto no sentido de compartilhar. Não é um texto de combate. Salvo a última parte da construção onde ela evoca a solidariedade. É um texto mais erudito (CIRIZA, 2009a).

Para Ciriza a distinção se encontra, então, entre os “textos de combate”, debatidos nos grupos de militância, e as “leituras mais privadas”, realizadas individualmente e, por vezes, discutidas com as pessoas mais próximas, do seu círculo familiar. Podemos, pois, supor como se deu a circulação dos textos de Simone de Beauvoir entre as mulheres da família durante a década de 1970. Uma prima teria lhe emprestado *A convidada* (1943) na mesma época em que estava lendo e discutindo com a irmã *A mulher desiludida* (1967), ambos de Simone de Beauvoir. Margareth Mead<sup>14</sup> também é citada entre as autoras que foram compartilhadas no âmbito familiar: “(...) da mesma maneira que Beauvoir, Margareth Mead permaneceu num espaço distinto, um espaço menor (...), mais vinculado com as mulheres mais próximas e mais amadas de minha vida” (CIRIZA, 2009a).

Através da narrativa de Alejandra Ciriza sobre as leituras feitas no período da ditadura militar, observamos que suas memórias desse momento são marcadas pela juventude de estudante e de militante política, com acesso relativamente fácil à educação superior e aos livros e textos. Ao manifestar a forte ligação com os parentes mais próximos, sua fala nos indica que as suas primeiras influências intelectuais, políticas e feministas partiram, sobretudo, das relações que mantinha com esse núcleo.

Devemos, entretanto, atentar à circunstância em que se estabeleceu a entrevista e para onde se dirige o “fazer” da história oral (ALBERTI, 1990, p.45). Ora, a produção da narrativa memorialista de Alejandra Ciriza ocorreu durante um evento feminista

---

<sup>13</sup> Simone de Beauvoir (1908-1986), escritora francesa e filósofa existencialista que se identificou como feminista na década de 1970. Autora do ensaio *O segundo Sexo* (1949), e de romances como *A convidada* (1943), *Os Mandarins* (1954), *A mulher desiludida* (1967), entre outros.

<sup>14</sup> Margareth Mead (1901-1978), antropóloga norte-americana autora de *Macho e Fêmea* (1949) e *Sexo e Temperamento* (1935), entre outros.

sobre o período das ditaduras militares nos países do Cone Sul<sup>15</sup>, e o roteiro da entrevista enfocava diretamente a questão das leituras feministas nesse período. Assim, observamos que, em sua elaboração do passado, a entrevistada procura dar coerência aos elementos que estava sendo instigada a narrar: feminismo, leitura, ditadura militar, experiências pessoais e coletivas.

Em diferente contexto e conduzida por outra pessoa, a entrevista com a feminista brasileira Ângela Xavier de Brito não teve a leitura como enfoque norteador, embora o tema fosse abordado. Realizada pela historiadora Joana Maria Pedro no escritório de Ângela em novembro de 2005 em Paris (BRITO, 2005), a entrevista teve por objetivo perceber a identificação com o feminismo durante a ditadura militar, e, diante dessa questão, a leitura aparece como um dos elementos de sua trajetória.

Ângela nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1942, e atualmente vive na França, onde trabalha como pesquisadora do Centre de Recherches sur les Liens Sociaux (CERLIS), Université de Paris-Descartes/CNRS. Filha de funcionários públicos do governo federal, narra que foi criada no Rio de Janeiro em uma casa ampla na companhia dos pais, irmãos, a avó, tios(as), e primos(as). Pelo que podemos supor em sua fala, a família lhe propiciou os primeiros contatos intelectuais, tanto através de figuras como a do avô materno – tradutor de francês, professor e poeta –, quanto pelo acesso à Notre Dame de Sion, escola católica de tradição francesa onde estudou até ingressar no ensino superior.

Sua aproximação com a militância política se deu na época em que estava na faculdade, início da década de 1960, cursando Sociologia na PUC – Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro. Nesse momento, Ângela começou a participar das assembleias estudantis e ingressou na AP – Ação Popular, mesmo sabendo que a escolha não seria apoiada pelos pais. Suas atividades na organização estavam vinculadas à formação de militantes com leituras e discussões de textos, até que, em março de 1964, foram interrompidas pelo início da ditadura militar.

Após o golpe, Ângela relata que ficou quinze dias na fazenda de um primo afastada das atividades na universidade, da qual retornou para concluir o curso em 1965. Entretanto, mesmo sob a ditadura e com a desaprovação dos pais, não se manteve distante da atuação política e continuou a militar.

---

<sup>15</sup> Trata-se do *Colóquio Internacional Gênero, Ditaduras e Feminismos no Cone Sul*, realizado entre os dias 4 e 7 de maio de 2009 na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.coloquioconesul.ufsc.br/>. Acesso em 01 mar. 2009.

Ângela conta que, com o tempo, saiu do movimento estudantil e passou a participar do movimento operário, realizando sempre o mesmo tipo de atividade: grupo de estudos e conscientização. Indagada sobre o motivo pelo qual teria sido presa em junho de 1968, responde:

(...) eles me prenderam porque eu tinha um posto de certa importância na organização (...) a gente fazia jornalzinho mimeografado para distribuir no meio operário, a gente fazia pichação, fazia agitação em porta de fábrica, e tudo isso eram coisas que não eram bem-vistas na época (BRITO, 2005).

Observamos, ao longo da narrativa de Ângela, que sua militância tanto política quanto feminista, como veremos mais adiante, sempre esteve intrinsecamente ligada às atividades intelectuais que envolviam leituras e discussões em grupo, embora ela não especifique quais eram os textos lidos na militância.

Após dois meses de detenção, Ângela foi demitida do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mas conseguiu outro emprego que, apesar de ter durado poucos meses, também a colocou em contato com a bibliografia que circulava entre os intelectuais de esquerda naquele momento:

Saí da cadeia e arranjei um trabalho como secretária de um cara que era trotskista, amigo de um amigo meu, e que tinha fundado uma empresa onde os intelectuais encomendavam livros. A gente fazia um catalogozinho e mandava para uma lista de pessoas toda semana, e então eles passavam a lista de encomendas e aí eu fazia a gerência (...) (BRITO, 2005).

Em dezembro de 1968, entra em vigor o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e, pouco tempo depois, Ângela e seu marido tornam-se procurados pela polícia, e, assim, ingressam na clandestinidade. Nessa época, Ângela narra que, como o marido, havia se desligado da AP; no entanto, sua militância prosseguiu na elaboração de relatórios de tortura, angariando informações para denunciar no exterior. Segundo relata, entrou em contato com intelectuais que estavam na Europa para que os dados coletados fossem, então, enviados e difundidos fora do Brasil.

Ainda nesse momento, no Rio de Janeiro, seu trabalho, para além dos relatórios, continuou voltado para a circulação de leituras.

(...) eu trabalhava fora como tradutora, não tem fixo, não tem que dar endereço, não tem nada. Eu trabalhava numa editora em boa companhia, a mesma que acolheu Luiz Carlos Prestes e tudo quanto é revolucionário na clandestinidade. [Joana Maria Pedro: Que editora é essa?] A Bruguera, no Rio. Eu traduzia um livro por dia, para poder ganhar alguma coisa. Aqueles

livrinhos... [Traduzia do francês para o português?] Do espanhol para o português, mas eu traduzia de qualquer coisa para qualquer coisa. Sempre fui boa em línguas. Nessa época, eu já tinha traduzido em outras editoras do francês para o inglês (...) (BRITO, 2005).

Mesmo sem citar os títulos dos livros traduzidos, podemos pensar, através da narrativa de Ângela, que sua atividade de tradutora junto à editora Bruguera a colocava em contato com a produção intelectual de outros países, ao mesmo tempo que vivenciava uma atmosfera política tensa e repressora, formando-se leitora. A editora Bruguera tinha nessa época um escritório no Rio de Janeiro que servia à divulgação de suas publicações, sobretudo, livros de bolso.<sup>16</sup> Entre os autores publicados durante a década de 1960 estavam: Alexandre Dumas, Daniel Defoe, Lewis Carroll, Mark Twain, Fiodor Dostoyevski, Sthendal, Corin Tellado.

Em dezembro de 1969 foi presa novamente, e, dessa vez, ficou um ano e meio reclusa na Vila Militar do Rio de Janeiro, sendo quatro meses em uma cela solitária, mas, conforme conta,“(...) os caras tinham uns oficiais interessantes, me passaram uma lanterna e uns livros” (BRITO, 2005). Segundo Alberto Manguel, nessas circunstâncias, “os leitores não podem deixar de ser subversivos” (MANGUEL, 1997, p. 35), uma vez que os regimes totalitários exigem uma alienação da população no que concerne à politização da cultura e da vida intelectual. Desse modo, os(as) leitores(as) buscam burlar os mecanismos que os censuram e efetuar as leituras então proibidas.

A leitura, por vezes proibida, por vezes consentida, ou clandestina – tanto na narrativa de Alejandra Ciriza como na de Ângela Xavier Brito –, tornou-se um mecanismo de entretenimento e resistência nos casos de isolamento.

(...) depois de certo tempo eles levaram uma luz para a cela. Não fiquei os quatro meses na escuridão completa. Começaram a me levar uma lanterninha. Eu lia de noite, botava embaixo do colchão e lembro até hoje, eu li *O jogo das contas de vidro*, do Hermann Hesse.<sup>17</sup> [Joana Maria Pedro: E eles te levavam livros?] Tinha um cara lá que me passava livros clandestinamente (BRITO, 2005).

Ao ser liberada, em 1971, Ângela conta que foi para a casa dos pais do marido na Paraíba, em João Pessoa, e que ficou proibida de sair do Brasil, pois estava respondendo a processo aberto pelo regime militar. Contudo, algum tempo depois,

---

<sup>16</sup> A editora foi criada em 1910 como o Editorial El Gato Negro por Juan Bruguera e transformada em Editora Bruguera em 1936/37 por seus filhos. Especializou-se em edições populares, revistas infantis, e folhetins. Cf. CUNHA, 2005.

refugiou-se na Argentina e, posteriormente, no Chile, antes do golpe ao governo de Salvador Allende em 11 de setembro de 1973, que deu início à ditadura chilena.

Em sua narrativa, o Chile aparece como o país onde foram realizados os primeiros contatos com os movimentos organizados por mulheres. Segundo ela, Zuleika Alambert<sup>18</sup> a convidou para participar de um grupo de mulheres brasileiras no Chile que estavam se organizando para discutir temas como serviço doméstico, dupla jornada de trabalho, etc. além dos fundamentos teóricos da opressão das mulheres. Tratava-se do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior.

Bebel<sup>19</sup>, não. Engels. Basicamente Engels. Inclusive a Zuleika, eu lembro disso, ela dizendo que o único artigo teórico que ela tinha lido sobre a opressão feminina era o do Engels. Mas era um texto que pouca gente tinha lido (...), mas esse grupo de 72, 73, se reunia no Chile muito irregularmente, não era uma coisa muito regular (BRITO, 2005).

Assim como na memória de Alejandra Ciriza, Engels aparece na fala de Ângela – e de outras feministas brasileiras e argentinas entrevistadas – como um teórico que, para além da análise sobre a formação da sociedade a partir dos pressupostos do materialismo histórico, serviu à reflexão sobre a “condição das mulheres”.<sup>20</sup> Logo, uma leitura que reunia a “dupla militância” que muitas passariam a vivenciar entre os movimentos de esquerda e os feminismos.

Ângela narra que o grupo formado no Chile funcionava como um “grupo de estudos” que, embora contasse com mulheres que vinham de diferentes condições de vida e que desejavam se mobilizar politicamente nas questões relativas às mulheres, não se identificava como feminista.

Pra fazer política. Pelo partido não, não necessariamente, porque havia gente de tudo quanto era tipo. Mas pelo fato de haver gente de tudo quanto era tipo, isso denota uma necessidade. Já estava todo mundo querendo (...) esse negócio de mulher já estava mexendo com a gente. Não era 75 ainda<sup>21</sup>, você vê, mas já havia uma necessidade (BRITO, 2005).

---

<sup>17</sup> Hermann Hesse (1877-1962) escritor alemão, prêmio Nobel de Literatura em 1946, e autor do romance utópico *O jogo das contas de vidro* (1943), entre outros.

<sup>18</sup> Militante marxista brasileira que refletiu sobre as questões feministas e as publicou em *Feminismo: o ponto de vista marxista* (1986).

<sup>19</sup> Refere-se a August Bebel (1840-1913), autor do livro *A Mulher e o Socialismo* (1885).

<sup>20</sup> Posteriormente, houve críticas em relação à análise empreendida pelo autor por ser considerada como uma reflexão limitada apenas aos fatores econômicos, discussão, aliás, realizada por Simone de Beauvoir em *Segundo Sexo* (1949). Durante a década de 1980, no Brasil, e acredito também em outros países do Cone Sul, os movimentos feministas tornaram cada vez mais visíveis suas reivindicações específicas em relação às mulheres, buscando para tanto novas formas de abordagem. Cf. BORGES, 2007.

<sup>21</sup> Ângela se refere ao Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU.

Além desse grupo formado por Zuleika Alambert, Ângela participou ainda de um grupo de conscientização organizado por uma brasileira que tinha vindo dos Estados Unidos e conhecia bem o feminismo americano. Segundo conta, era um grupo bastante heterogêneo, constituído de latino-americanas, das quais algumas trabalhavam na Quimantú, editora do Estado na época do governo de Allende e que foi destruída por Augusto Pinochet durante o regime militar (BAEZ, 2006, p. 283-284).

Novamente podemos observar, nas memórias de Ângela, uma relação constante com as esferas da produção e circulação de conhecimento por meio da leitura, seja através de sua atividade de tradutora, seja através das relações de amizade que mantinha com pessoas ligadas às editoras. Ademais, “o livro como a maldição das ditaduras” (MANGUEL, 1997, p. 315) e a percepção da leitura como algo que ameaçava o regime militar, e que, portanto, precisava ser combatido, também aparecem em diferentes momentos de sua narrativa. Presa pela ditadura chilena em 1973, Ângela descreve, assim, o ato da queima de seus livros pelos agentes da repressão:

(...) no dia seguinte foi a coisa mais dolorosa. Fomos obrigados a levar todos os nossos livros. Eu tinha acabado de ganhar uma biblioteca de sociologia em inglês de um amigo meu, e vi aquilo tudo queimar. Eles fizeram uma fogueira, e o único livro que eu consegui salvar foi um exemplar da Cecília Meirelles que era uma edição Aguilar da Cecília Meirelles. Falei “esse ninguém queima!” e consegui arrancar. Quase que me bati com um cara lá. Acabei ficando com ele o tempo inteiro (BRITO, 2005).

Depois da prisão, seu período no Chile durou pouco. Um comitê internacional da ONU havia conseguido um avião para retirar os estrangeiros do Chile e levá-los à França. Ângela narra que ela com mais cerca de cinquenta pessoas chegaram em Paris e foram levadas para uma espécie de “albergue”. Por conta da fluência na língua francesa, ela arranhou emprego em dezembro de 1973, apenas um mês após sua chegada.

Depois de seis meses na França, Ângela se separou do primeiro marido, e conta que se distanciou da colônia de brasileiros, preferindo a companhia dos amigos(as) de outras nacionalidades. A retomada do contato com os brasileiros ocorreu no ano de 1975, quando conheceu seu segundo marido. Segundo narra, foi a partir dessa reaproximação que tomou conhecimento da existência do Círculo de Mulheres em

Paris<sup>22</sup>, e passou a participar uma vez por semana de um dos grupos de consciência<sup>23</sup>, “que eram estruturas menores do Círculo”.

Ângela pontua que se entusiasmou bastante com as discussões e com o que lia em casa após os encontros do grupo. Contudo, relata que havia “certa rivalidade entre as mulheres”, tanto que, em determinada ocasião, uma das participantes reclamou de sua animosidade alegando que ela monopolizava o debate. Questionada sobre as leituras desse momento no Círculo, responde:

Eu lia aquela literatura da época, Juliet Mitchell<sup>24</sup>, que era obrigado. Adrienne Reich (...) aquele livro que era um clássico da literatura feminina, *A História do Feminismo Francês*, Andrée Michel<sup>25</sup>, que estava começando os estudos sobre as mulheres (...). Christine Delphy<sup>26</sup>, *O inimigo principal* e outros (...). Tinha uma grande biblioteca feminista da qual eu me desfiz há pouco tempo. Eu dei para a Bibliothèque Marguerite Duras (...). Eles estão com todos os meus documentos do Círculo; dei tudo para eles (...). Tinha uma coleção enorme daquela revista feminista americana *Signs*<sup>27</sup>. Eu tinha assinatura da *Signs* (BRITO, 2005).

Nesse ponto, percebemos que, enquanto Alejandra Ciriza aprofunda a questão das significações que deu às leituras durante as décadas de 1960 e 1970, Ângela se atém a listar a bibliografia que considera relevante, sem discorrer sobre as apropriações que fez dela. Devemos supor que as diferenças no roteiro das entrevistas tenham contribuído para que as memórias sobre as leituras fossem construídas dessa maneira. Alejandra respondeu a um roteiro cujo tema central era a relação entre as leituras e a identificação com o feminismo, diferente de Ângela que foi interrogada sobre sua própria identificação com o feminismo. Contudo, em ambas as entrevistas, a questão da leitura se mostrava presente. Assim, embora os roteiros traçados fossem distintos, as memórias selecionadas pelas entrevistadas indicam algumas das possibilidades de trajetórias intelectuais vivenciadas pelas feministas no período das ditaduras militares.

---

<sup>22</sup> Formado por feministas de esquerda e mulheres autônomas que haviam se exilado na França após a instalação da ditadura militar no Brasil Cf. LEITE, 2003, p. 234-241.

<sup>23</sup> Os “grupos de consciência” surgiram na experiência feminista norte-americana de meados da década de 1970. Muitas mulheres latino-americanas exiladas em países europeus e nos Estados Unidos encontraram e participaram desses grupos. Cf. PEDRO, 2008, p. 159-161.

<sup>24</sup> Juliet Mitchell (1979-1988), psicanalista e feminista inglesa do grupo da *New Left Review*, autora de *Women's Estate* (1966) e do artigo *Mulheres: a revolução mais longa*, publicado no Brasil pela *Revista Civilização Brasileira* em 1967, e muito citado entre as feministas entrevistadas para o projeto.

<sup>25</sup> Andrée Michel é socióloga e militante feminista, autora de *O Feminismo: uma abordagem histórica*, publicado no Brasil em 1982, pela Editora Zahar, São Paulo.

<sup>26</sup> Christine Delphy é socióloga e feminista francesa contemporânea, autora de *L'Ennemi principal* (1970), em que articulou marxismo e feminismo na crítica ao patriarcado. Participou em 1968 de um dos grupos formadores do MLF - Mouvement de Libération des Femmes na França.

(...) John Stuart Mill<sup>28</sup> sobre o feminismo eu li quando eu tinha 12 anos. [Joana Maria Pedro: Mas isso não te balançou?] *O Segundo Sexo* me impressionou muito. [Tu lestes *O Segundo Sexo* quando?] Li *O Segundo Sexo* quando eu (...) estava no segundo ou terceiro clássico, devia ter 18 para 19 anos. Eu li *O Segundo Sexo* inteiro. [Isso te impressionou?] Muito, muito. Eu achei fantástico o que a Simone de Beauvoir tinha coragem de dizer. Eu sempre li muito (...) tudo o que me passava na mão eu li. Então eu devo ter lido outras coisas que podia ter influência feminista... o que mais eu posso lembrar. (...). Eu não sei quando começou, eu sei que sou feminista até hoje. Eu me considero feminista, não sei propriamente quando começou isso (BRITO, 2005).

Mesmo a leitura não sendo o cerne central da entrevista com Ângela, no momento em que é questionada sobre quando teria ocorrido sua identificação como feminista, a entrevistada recorre, em suas memórias, a um repertório de leituras da juventude. Ou seja, a leitura é eleita por ela como um fator relevante em sua identificação, como algo digno de ser destacado na narrativa de sua trajetória.

### **Considerações finais**

No período que compreende as décadas de 1960, 70 e 80, os movimentos feministas ao redor do mundo se manifestaram de diferentes formas, em suas trajetórias e temporalidades, e marcaram a “Segunda Onda” feminista<sup>29</sup>, reconhecida por reivindicações de direitos ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. No caso latino-americano, os movimentos incluíram ainda as manifestações contra os regimes de perseguições, prisões, torturas, desaparecimentos e censuras, promovidos pelas ditaduras militares. Por força desses contextos repressivos, as atuações dos movimentos feministas latino-americanos combinaram, muitas vezes, a militância política contra os regimes militares com as reivindicações aos direitos humanos, desenvolvendo não raro uma dupla militância.

Jean Marie Goulemot afirma que “cada regime tem sua memória histórica”, que “participa do nosso ato de ler”, influenciando os processos de leitura (2001, p. 111-112). Ao pensarmos nessa perspectiva, as narrativas apresentadas estão repletas de

---

<sup>27</sup> *Signs: A Journal of Women in Culture and Society* foi criada em 1975 e publicada pela Chicago University Press. Cf. NAVARRO, 2004, p. 59-62.

<sup>28</sup> John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista inglês, autor de *A sujeição das mulheres* (1869), entre outros.

<sup>29</sup> Entendo por “primeira onda” feminista aquela em que as principais reivindicações do feminismo estavam centradas nas questões referentes aos direitos políticos, e por “segunda onda” a surgida depois da Segunda Guerra Mundial, tendo como palavra de ordem: “o pessoal é político”.

ressonâncias da memória histórica, e as entrevistadas – herdeiras desse processo – sinalizam as leituras que se mostram coerentes ao contexto de militância, tanto nos partidos de esquerda como nos movimentos de mulheres e feministas que estavam se formando no período.

A partir das memórias narradas, percebemos um interesse por leituras que se aproximassem do pensamento de esquerda. Referências a Engels, Juliet Mitchell e Alexandra Kollontai são exemplos dessa tendência que aparece também em outras falas de feministas desse período, e que se justifica pelo próprio contexto de repressão. Havia todo um clima contestatório à ditadura militar como pano de fundo dessa geração de leitoras entrevistadas e que as influenciava em relação à escolha das leituras que deveriam ser realizadas. Contudo, concomitante a isso, havia ainda a história pessoal de cada uma delas, suas experiências, o que age decisivamente sobre as leituras.

As duas entrevistadas apresentam algumas semelhanças em suas trajetórias, elementos importantes ao pensarmos seus percursos de leitura. Ambas eram provenientes de famílias com acesso à educação superior e aos livros, seja através de bibliotecas de parentes seja por aquisição. Tinham um espaço de discussão dentro de seus núcleos afetivos, pessoas com quem podiam compartilhar suas leituras. Durante os regimes militares em seus países, tanto Alejandra quanto Ângela estavam ligadas à militância política de oposição às ditaduras, buscando conciliar o debate feminista nesse processo. Suas narrativas sobre os momentos de isolamento também se assemelham, pois as leituras aparecem como um meio de resistência. Por fim, as duas assumiram profissões ligadas ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, sendo ambas da área de ciências humanas.

Para além das diferenças na realização e no roteiro das entrevistas, podemos observar também algumas particularidades em cada uma das falas, uma maneira individual de construir-se na narrativa e rememorar um dado momento histórico. Caminhos que se abrem como um leque de possibilidades de trajetórias intelectuais vivenciadas pelas feministas brasileiras e argentinas no período das ditaduras militares em questão.

Alejandra Ciriza vivenciou o momento repressivo e exilou-se em seu próprio país. Podemos supor que, por essa razão, em suas memórias, a relação com as figuras familiares que lhe deram apoio e compartilharam de sua trajetória tenham emergido com tanta ênfase. No momento de recrudescimento da ditadura, diante das dificuldades de manter as atividades de militância e o convívio social para além da esfera familiar, a

narrativa de Ciriza nos permite refletir sobre as dificuldades encontradas na obtenção de textos, a não ser os que estavam à sua disposição na biblioteca de parentes, ou na aquisição deles por conta da própria censura.

Ângela teve uma trajetória diferente, pois conseguiu partir para o exílio à medida que as ditaduras se estabeleciam no Brasil e, posteriormente, no Chile. Na França, pôde desenvolver as atividades intelectuais em liberdade, e o domínio da língua francesa abriu não somente oportunidades de trabalho como, muito possivelmente, o acesso livre a uma vasta bibliografia. Longe dos parentes próximos e sem a aprovação dos pais à sua militância política, Ângela se constrói na narrativa de maneira diferenciada, mais voltada à dinâmica das relações transitórias produzidas pelo exílio.

O que se configura são duas trajetórias que, em suas singularidades, extrapolam o contexto histórico. No entanto, isso não as distancia de uma mesma comunidade de leitoras, e não as exclui de uma geração de feministas que, em suas formações e identificações, compartilharam uma série de leituras. Em outras palavras, essas duas trajetórias tornam plausível a realização de uma história da leitura feminista para determinada geração.

## **Depoimentos**

CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. Argentina: 27 out. 2006. Entrevista realizada por Cristina Scheibe Wolff (digital), transcrita por Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira e revisada por Yarssan Dambrós. Acervo LEGH/UFSC.

CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 maio 2009a. Entrevista realizada por Joana Vieira Borges e Maise Caroline Zucco (digital), e transcrita por Joana Vieira Borges.

BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. Entrevista realizada por Joana Maria Pedro (duas fitas cassete), transcrita por Juliano Malinverni e Veridiana Bertelli de Oliveira, e revisada por Maria Cristina Athayde. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero.

## **Referências Bibliográficas**

ALBERTI, V. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1985.

- ANDÚJAR, A.; D. D'ANTONIO; K. GRAMMÁTICO, F. GIL LOZANO; N. DOMÍNGUEZ; V. PITA; M.I. RODRÍGUEZ; A. VASSALO (Orgs.). *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.
- BAEZ, F. *História Universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução Leo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BORGES, Joana Vieira. *Para além do "tornar-se": ressonâncias das leituras feministas de "O Segundo Sexo" no Brasil*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- CHARTIER, R. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (O homem e a história).
- \_\_\_\_\_. (Org). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CIRIZA, A. Memoria, experiencia política y testimonio. In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.
- CRUZ, Clara Angélica Agustina Suárez. *O espaço feminino na escritura de Juana Manuela Gorriti e Martha Mercader*. (Tese de Doutorado). Assis: FCL – UNESP, 2005.
- CUNHA, M. T. S.; GLIK, M. S. Leituras para não lembrar de (outras) guerras: a circulação das novelas sentimentais de Corin Tellado (1965-1975). Anais Eletrônico do *Muitas faces de uma guerra: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de nacionalização no Sul do Brasil*. 09 a 11 de maio de 2005. Centro de Ciências da Educação FAED/UEDESC. Florianópolis/SC. Disponível em: <http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/>. Acesso em 01 mar. 2010.
- ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5: O Século XX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1995.
- FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. Ditadura, democratização e o tempo mais recente (1968-2002). In: \_\_\_\_\_. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- GADDIS, J. L. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GALVÃO, A. M. de O. et al. (Orgs.). *História da Cultura Escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

- GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, R. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- LEITE, R. de S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n.1, p. 234-241, 2003.
- MALUF, M. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MORANT, Isabel (Dir.). *Historia de las mujeres en España y America Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI*. Madrid: Cátedra, 1994.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- NAVARRO, M. Publicações acadêmicas feministas no contexto norte-americano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 59-62, 2004.
- NOVARO, M; PALERMO, V. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. Tradução Alexandra de Mello e Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- PEDRO, J. M. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.
- \_\_\_\_\_. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-89). In: ROLAND, D.; REIS, D. A. (Orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.
- PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5: o século XX. Porto: Edições Afrontamentos; São Paulo: EBRADIL, 1995.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SIRINELLI, J. F. A geração. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WOLFF, C. S. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 54, p.19-38, jul.-dez. 2007 (Semestral).